

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**RESOLUÇÃO Nº 38, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010.**

**Estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises de usos independentes de outorga.**

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO), no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei nº 6.945, de 05 de novembro de 1997, o Decreto Estadual nº 2.707, de 28 de julho de 2010;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorgas de direitos de uso de recursos hídricos no Estado do Mato Grosso e dá outras providências;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 27 de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios para a emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 29 de 24 de setembro de 2009 que estabelece critérios técnicos para a emissão de outorga para fins de diluição de efluentes em corpos hídricos superficiais de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a necessidade do estabelecimento de critérios técnicos a serem utilizados pela SEMA para a análise dos pedidos de cadastro de captação superficial para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural e cadastro de vazões insignificantes para corpos hídricos superficiais de domínio do Estado do Mato Grosso:

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Estabelecer os critérios técnicos a serem aplicados nas análises de usos independentes de outorga definidos pelo Artigo 09 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

**Art. 2º** A análise técnica das solicitações de cadastro considerará:

I – a disponibilidade hídrica;

II - o uso racional da água;

III – demais usos e outorgas concedidas na bacia.

**Parágrafo Único** A avaliação quanto ao uso racional da água deverá considerar a compatibilidade entre a demanda hídrica e as finalidades a que se destina.

**Art. 3º** Serão considerados usos independentes de outorga:

I Captação superficial para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, de até 1,5 l/s (um litro e meio por segundo).

II Para os cursos d'água com vazão de referência (Q95), até 500 l/s (quinhentos litros por segundo), serão insignificantes as captações de valor até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da vazão de referência na seção em análise.

III Para os cursos d'água com vazão de referência (Q95) superiores a 500 l/s (quinhentos litros por segundo) serão consideradas insignificantes as captações de valor até 2,5 l/s (dois e meio litros por segundo).

IV Os lançamentos de efluentes em corpos de água superficiais cujas concentrações de DBO sejam iguais ou inferiores às concentrações de referência estabelecidas para as respectivas classes de enquadramento dos corpos receptores, em consonância com a legislação vigente.

V Não serão considerados insignificantes lançamentos de efluentes em lagos e reservatórios.

VI Acumulações com volume de até 15.000 m<sup>3</sup>, ou com área de espelho d'água inferior ou igual 10.000 m<sup>2</sup>.

§ 1º Para os fins desta Resolução considera-se pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, os povoados e os núcleos referente à população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, na forma definida pelo IBGE com limites máximos de aglomerações de até 51 domicílios ou 400 habitantes.

§ 2º Somente serão consideradas acumulações a que se refere o Inciso VI deste artigo as que ocorrerem fora do corpo hídrico.

§ 3º Para bacias (ou sub bacias) hidrográficas que atingirem uma situação onde a somatória de captações consideradas insignificantes atingir um valor superior a 20% (vinte por cento) da vazão de referência, deixará de existir o conceito de insignificante para as novas captações, devendo ser solicitada a outorga.

§ 4º Um mesmo usuário com vários pontos de captação num mesmo corpo hídrico deverá ser cadastrado com base na somatória de suas captações.

**Art. 4º** Os usuários que se declararem pertencentes à categoria de uso independente de outorga deverão apresentar a SEMA o “Cadastro Estadual de Uso Independente/Insignificante da Água” de acordo com a legislação pertinente e serão passíveis de ações de fiscalização e sanções penais.

**Art. 5º** Nos casos em que houver conflito pelo uso da água e/ou devido a complexidade de natureza técnica da solicitação de cadastro, a SEMA poderá submetê-la ao pleito do CEHIDRO para manifestação sobre a mesma.

**Art. 6º** Esta resolução revoga o Artigo 8º da resolução CEHIDRO nº 27 de 09 de Julho de 2009.

**Art. 7º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 11 de novembro de 2010.

**ALEXANDER TORRES MAIA**  
Presidente do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 12/11/2010.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial*